

Deputado presente

Apoio aos movimentos sociais e aos sindicatos
Pag.8

Oposição firme ao governo

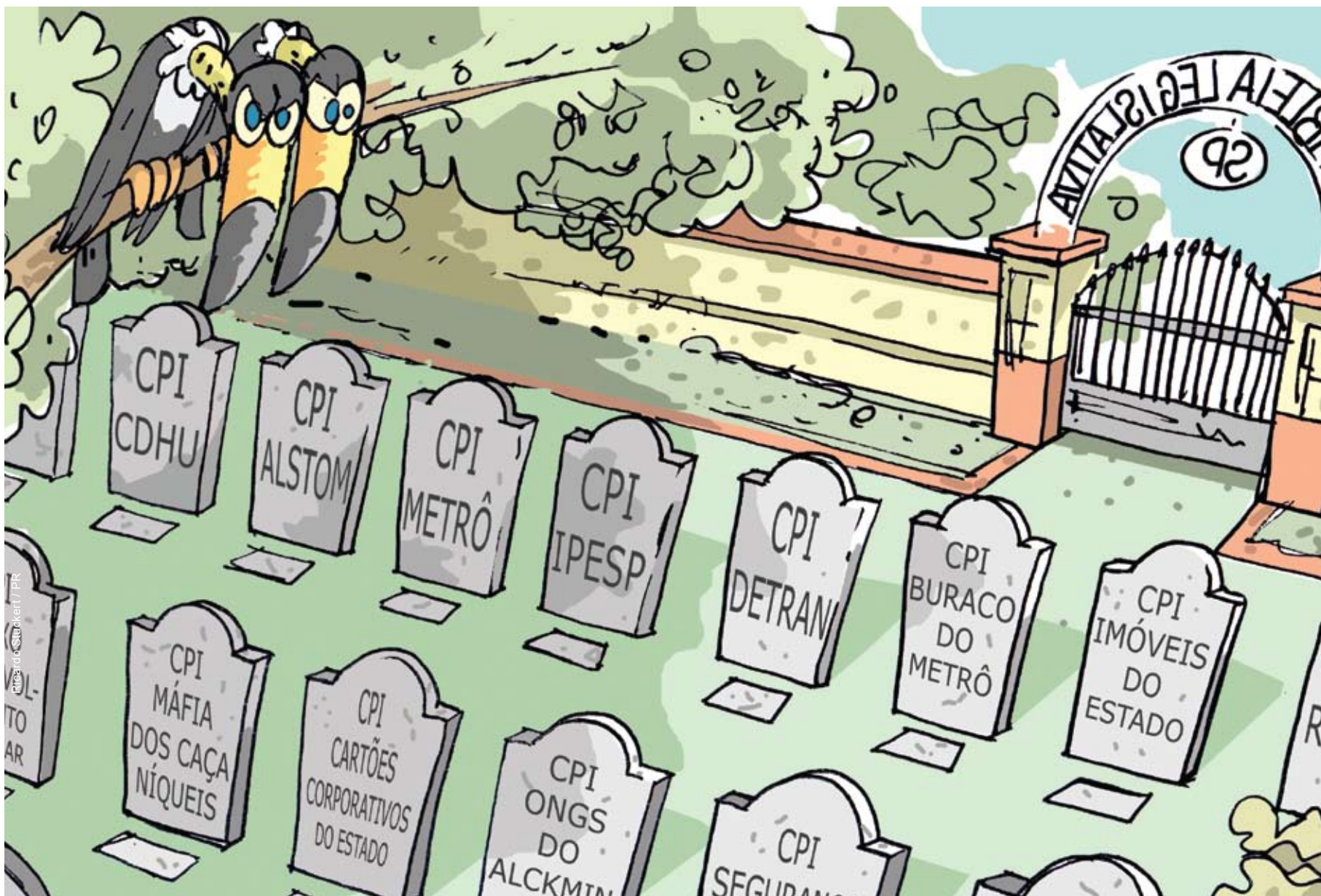
Por mais transparência na gestão do Estado
Pag.6

Mais Brasil para mais brasileiros

Com Lula, crescem o emprego e a renda
Pag.2

Cemitério de CPIs

Mais de 60 CPIs foram engavetadas pelos tucanos nos últimos anos na Assembleia Legislativa



O modo tucano de enganar

Pag. 6

Caos no trânsito e no transporte

Pag. 4

A saúde paulista na UTI

Pag. 5

O PAC, a todo vapor

São Paulo recebe R\$ 7 bilhões do PAC para saneamento, habitação popular e infra-estrutura

Desde que o presidente Lula assumiu o governo, as mudanças são visíveis por toda parte: acabou a pasmaceira dos oito anos do governo FHC, com recordes de desemprego e agravamento da pobreza, e teve início uma nova era de prosperidade para todos. Diminui o desemprego e cresce o número das pessoas empregadas; o salário mínimo aumenta acima da inflação; aumenta o consumo das famílias — e isso estimula novos investimentos da indústria em máquinas e mais produção, o que leva à criação de novos postos de trabalho, num círculo virtuoso, que estimula a expansão das atividades de serviços e da agricultura. Ao mesmo tempo, aumenta a oferta de crédito, em volume recorde, para a compra financiada de bens duráveis e da casa própria.

É a soma de tudo isso que tem gerado no País um clima de confiança e de aprovação ao governo Lula. Com o crescimento da economia de forma acelerada, o país passa a exigir — para assegurar a continuidade desse crescimento — expansão e melhoria de sua infra-estrutura. É dizer que é pre-



ciso que se façam investimentos em transportes, em energia e na infra-estrutura urbana.

É com esse objetivo que o governo Lula criou o PAC — o Plano de Aceleração do Crescimento. Trata-se do maior programa de investimento em infra-estrutura já realizado no Brasil. São centenas de projetos de investimentos nessas áreas, no valor total de mais de R\$ 500 bilhões, que deverão beneficiar todos os estados da federação e um grande número de municípios.

O PAC não é um programa qualquer, e não é o grande volume de dinheiro previsto para as obras que fazem dele um progra-

ma especial. O PAC é importante porque todas as obras previstas estão orientadas no sentido de associar o crescimento econômico à melhoria do bem-estar da população. Por isso, o PAC não é apenas

O futuro do Brasil começa agora

um programa de investimento, para atender ao crescimento das empresas e à geração de lucro. É principalmente um programa que

utiliza os recursos nele investidos para corrigir a enorme disparidade na distribuição de renda no país, estendendo os benefícios da expansão econômica à todos. No entendimento da ministra Dilma Rousseff, coordenadora do programa, com o PAC o Brasil será melhor não apenas porque a economia vai crescer mais, mas principalmente porque, de agora em diante, esse crescimento não poderá estar dissociado da redução da desigualdade social e da melhoria do bem-estar de toda a população.

O PAC destinou para São Paulo um grande volume de investimentos em infra-estrutura.

São R\$ 15,860 bilhões, que serão aplicados, principalmente, nas áreas de saneamento, habitação e infra-estrutura, entre 2007 e 2010 (leia abaixo). Embora o governador José Serra faça questão de não mencionar o apoio financeiro do Governo Federal nas obras do PAC, o fato é que o estado de São Paulo participa dessas obras com um volume de recursos muito menor.

As obras de saneamento básico e urbanização incluem favelas na região metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista. Serão beneficiadas três milhões de famílias de 58 municípios. Entre as favelas que serão urbanizadas estão Paraisópolis, Pantanal e Heliópolis, na zona sul de São Paulo. Também será feita a recuperação de mananciais no entorno das represas Bilings e Guarapiranga; a despoluição da Baía de Santos e da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá; a extinção de palafitas (Baixada Santista); obras de saneamento básico no entorno do Aeroporto Internacional de Viracopos (Campinas); obras de abastecimento de água e esgoto sanitário na região de Diadema.

O maior programa de Governo

Além dos investimentos em habitação para atender cerca de 3 milhões de pessoas, o PAC vai financiar grandes projetos no setor de transportes na região metropolitana de São Paulo. Alguns deles:

- **RODOANEL:** 61,5 km do trecho sul, previsto para ser concluído no segundo semestre de 2010. O Rodoanel vai permitir desafogar o trânsito das avenidas marginais, passando servir de toda para os caminhões que hoje trafegam por elas.
- **FERROANEL:** 66km de extensão de linhas ferroviárias que cruzam a capital paulista, com previsão de conclusão no fim de 2011.
- **AEROPORTO DE CONGONHAS:** recuperação da pista principal e das pistas de taxiamento e nova torre de controle.
- **AEROPORTO DE GUARULHOS:** melhoria do sistema de pistas e pátios.
- **REPRESA BILLINGS-GUARAPIRANGA:** saneamento e urbanização integradas em 45 áreas. Construção de 5.340 novas habitações e melhoria em outras 44.343.

Um Brasil menos desigual

No governo Lula, 23,5 milhões de pessoas saíram da pobreza

Sob o governo Lula, o Brasil tornou-se um país menos desigual. As políticas sociais do governo, como o Bolsa Família, aliadas ao crescimento econômico, estão promovendo uma acentuada melhoria na qualidade de vida das pessoas menos favorecidas.

Pesquisas apontam que nos anos de 2006 e 2007, cerca de 23,5 milhões de pessoas saíram da pobreza e ingressaram na chamada classe média. Essas pessoas, que antes sobreviviam com uma renda mensal próxima a R\$ 500,00, conquistaram empregos melhores com salários de R\$ 1 mil a R\$ 1,5 mil.

Outro indicador da diminuição da desigualdade é o da redução da

miséria. Cerca de 9,7 milhões de pessoas deixaram o estado de pobreza absoluta, entre 2003 e 2006.

Também contribuiu para a redução da desigualdade a decisão do governo Lula de aumentar o salário mínimo acima da inflação. Isso elevou a renda média dos brasileiros. Com um orçamento doméstico mais robusto, os trabalhadores passaram a consumir mais, o que acelerou a produção industrial, o comércio e os serviços, gerando mais empregos.

A qualidade de vida também melhorou, resultado de programas sociais do governo Lula. O Bolsa Família passou a apoiar 11,1 milhões de famílias carentes. O programa Luz para Todos levou

energia elétrica para 7,3 milhões de lares. No campo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura forneceu crédito em condições favoráveis à pequenos agricultores, para que pudessem ampliar sua produção.

Com os investimentos previstos no PAC, novos avanços na melhoria da qualidade de vida e na redução da desigualdade deverão ocorrer. Ao melhorar e ampliar a infra-estrutura do país (estradas, energia, saneamento, portos, etc.), com o PAC o Governo estimula investimentos por parte do setor privado e com investimento vêm mais empregos, mais renda, mais consumo, mais produção e assim por diante.

Governo sem transparência

Os tucanos têm feito de tudo para barrar pedidos de investigação dos muitos escândalos na gestão do Estado

Uma das principais vantagens da democracia sobre outros sistemas políticos é que ela permite a fiscalização dos atos do Governo pelos cidadãos e torna, assim, transparente a ação dos governantes. É mediante a fiscalização e o acompanhamento das atividades dos poderes Executivo e dos demais poderes que se estimula a participação das pessoas nos processos de tomada de decisão nas questões de interesse público e se fortalece a democracia.

Mas no estado de São Pau-

Alckmin bloqueou mais de 60 CPIs

lo isso não ocorre desde que os tucanos assumiram o poder há mais de 13 anos. De vocação autoritária e antipopular, os tucanos de São Paulo não gostam de transparência nem de fiscalização. Gostam de governar de costas para a população e criam toda sorte de dificuldades e obstáculos para impedir que ela tome conhecimento do que fazem “no interesse popular”.

Assim, por exemplo, tramitam na Assembléia Legislativa cerca de 3.030 processos de contratos irregulares referentes à gestão do governo Alckmin, de 1998 para cá, processos que,

ao final, são arquivados por manobras do grupo parlamentar majoritário que apóia o Executivo tucano, sem que as irregularidades apontadas possam ser investigadas pelo poder Legislativo. Dessa forma, os governantes tucanos desprezam a Assembléia, esvaziando-a de uma de suas principais funções — fiscalizar os atos do Governo. É dizer que os governos

tucanos, à frente do Executivo paulista, têm militado em favor da degradação da democracia.

Nesse período, muitos escândalos estouraram: CDHU, Alstom, Siemens, Rodoanel, Nossa Caixa, Calha do Tietê, FEBEM, Sabesp. Para apurá-los, a oposição parlamentar, com o PT à frente, tentou instalar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), que são os

instrumentos adequados para isso. Em vão. Durante o governo Alckmin, foram protocolados 70 pedidos de CPIs, não atendidos, o que bloqueou totalmente a capacidade de fiscalização do Executivo pelos parlamentares dos partidos minoritários. Agora, na nova legislatura, sob o governo de José Serra, já são 15 os pedidos de CPI não atendidos.

Ao dominar as bancadas par-

lamentares, os governos tucanos sempre conseguiram criar obstáculos regimentais para impedir a instalação de CPIs, baseados no regime interno. Tanto assim, que a Assembléia Legislativa paulista é chamada de “cemitério das CPIs”.

Para superar as barreiras das manobras políticas e regimentais, a bancada do PT recorreu ao Supremo Tribunal Federal e ganhou a causa em favor do restabelecimento das prerrogativas do Poder Legislativo, de fiscalizar os atos do Governo e exigir transparência.



Mais de 3 mil contratos irregulares

Furado o bloqueio levantado pelo então governador Geraldo Alckmin, os tucanos voltaram à carga no governo Serra. Já que não podem impedir a instalação de CPIs a pedido dos partidos da oposição, eles buscam, sob a orientação do governador José Serra, entupir a lista de pedidos de CPIs, colocando à frente pedidos de iniciativa própria, para impedir que sejam instaladas as da oposição, tendentes em geral a apurar escândalos. É assim que conseguem manter engavetados os mais de 60 pedidos de CPIs feitos pela oposição desde o governo Alckmin.

CPIs que não saem do papel

Veja alguns pedidos de CPIs não instaladas por decisão política do bloco governista:

Escândalo do Rodoanel: Orçada em R\$ 338,8 milhões, a obra teve um custo final de R\$ 1,3 bilhão, sem que tenha havido nova licitação, como manda a lei.

Escândalo da Nossa Caixa: o governo tucano gastou oficialmente com verbas de publicidade R\$43,8 milhões, que, na verdade, foram destinados a meios de comunicação ligados a deputados da base de Geraldo Alckmin.

Escândalo do CDHU: o governo tucano deixou de investir R\$ 850 milhões da Companhia de Desenvolvimento Ha-

bitacional e Urbano, deixando 1 milhão de pessoas sem moradia. A denúncia apontou que a CDHU vendia habitações por meio de um esquema de fraude.

Escândalo da FEBEM: Nos mais de 13 anos no Governo de São Paulo, os tucanos jamais conseguiram dar uma resposta às inúmeras denúncias de fraudes, problemas e violação dos direitos humanos na FEBEM. Somente de 2000 a 2005, foram 147 rebeliões, 67 tumultos, 4107 fugitivos e 7 mortes, além de casos de tortura e estupro.

Escândalo da Calha do Tietê: Essa obra, anunciada como vitrine eleitoral dos tucanos, custou bilhões de reais aos cofres públicos, gastos em contratos sob suspeita de irregularidades. Mostrou ineficácia no combate às enchentes, além de provocar contaminação ambiental. O custo inicial da despoluição e rebaixamento da calha do rio, orçada em R\$ 688 milhões, já superou R\$ 1 bilhão e não se consegue enxergar quando a obra será concluída. Apenas o contrato de gestão da obra recebeu um acréscimo de 150%.

Caos no transporte e no trânsito

Durante 4 anos, a gestão Serra/Kassab pouco fez para a melhoria das condições de mobilidade na capital

A velocidade média dos veículos nas ruas de São Paulo caiu 32% nos últimos dez anos — e a situação chegou a tal ponto que às vezes é mais rápido andar a pé do que de automóvel, ônibus ou taxi na cidade. Em maio deste ano, os paulistas tiveram de enfrentar 265 km de congestionamentos, um recorde absoluto na história da cidade. A velocidade média dos automóveis despencou de 25km/h em 1998 para 17 km/h em maio e a velocidade média dos ônibus nos corredores é hoje 33% menor do que a de quatro anos atrás.

Os congestionamentos chamam de imediato a atenção de todos pelo desconforto generalizado que causam. Mas isso é apenas uma pequena parte do caos em que se converteram os serviços de transporte público e o trânsito na capital paulista, como bem sabem os usuários do transporte público.

Há anos os governos tucanos não investem o necessário nos serviços de transportes e no sistema viário, para atender ao aumento da demanda por parte dos usuários. Em lugar do tal “choque de gestão tucano”,



o que se tem em São Paulo é o descaso, a irresponsabilidade e o desrespeito ao cidadão. Na gestão Kassab, que nada fez para a melhoria do transporte e do trânsito, prevalece a improvisação. Um dia, o prefeito Kassab cria corredor exclusivo para motos; no outro dia, extingue o corredor. Quanto ao transporte de cargas, Kassab adotou uma medida de improviso, sem debate com o setor e os resultados são pífios.

Assim, como na saúde e na educação, é longa a lista das mazelas demo/tucanas no transporte e no trânsito. A gestão Serra/Kassab na Prefeitura desfigurou o Bilhete Único, dele retirando

benefícios antes assegurados ao usuário. Somente agora, às vésperas das eleições, ele restabe-

7,5km de corredores em 4 anos: um balanço desastroso

leceu parte dos benefícios para reconquistar o eleitor.

A gestão Serra/Kassab abandonou o projeto de criação de

corredores de ônibus, lançado com muito êxito na gestão Marta Suplicy, que construiu cerca de 100km, dos 318 previstos. Em contraste, nos quatro anos da administração demo/tucana foram construídos apenas 7,5km, numa demonstração de que transporte público não é a prioridade deles. É o que se pode ver também na extrema lentidão na expansão da rede do Metrô: 800 metros por ano, em média, ao longo da gestão dos governos tucanos em São Paulo.

Há muito o que fazer para a melhoria do transporte e do trânsito em São Paulo. É preciso retomar com vigor o projeto de expansão dos corredores de

ônibus; melhorar a sua gestão e fiscalização; restabelecer os benefícios originais do Bilhete Único; recuperar a capacidade operacional da Companhia de Engenharia de Tráfego, empresa que foi sucateada na gestão Serra/Kassab.

Ainda: é preciso implementar operações integradas entre transporte e trânsito, CET e SP-Trans, em torno do objetivo de melhorar a fluidez do trânsito e a qualidade do transporte público. Para isso, é necessário investir na implantação de semáforos inteligentes e de câmaras de monitoramento.

É vital para São Paulo a adoção de uma política para o transporte de cargas, com investimentos privados em terminais de cargas, adequação de trajetos e horários e o restabelecimento da fiscalização. É igualmente urgente ordenar a criação de pólos geradores de mobilidade, como shoppings, clubes e grandes lojas, que, ao atraírem clientes motorizados, adensam o trânsito no seu entorno.

São Paulo precisa de uma política de transporte e trânsito que respeite o usuário.

O que precisa ser feito

O respeito ao usuário exige planejamento, retomada de obras e melhoria dos serviços de apoio

Para retirar o transporte e o trânsito de São Paulo do estado de calamidade em que se encontram, é necessária a adoção de políticas que atendam em primeiro lugar o interesse público, algo que jamais ocorreu na gestão demo/tucana. O transporte e trânsito da capital paulista não podem continuar sujeitos ao experimentalismo e à improvisação que caracterizam a atual gestão.

O município está à espera de soluções estruturais, combinadas com o restabelecimento de uma política de gestão. Um programa de obras com essa finalidade deve contemplar, em primeiro lugar, a expansão do transporte coletivo.

É preciso retomar o projeto de

implantação de corredores, praticamente abandonado na gestão Serra/Kassab. Nesse sentido, segundo os especialistas, a primeira coisa a fazer é expandir as linhas existentes e, em seguida, dar início à obras de expansão. Pela estimativa do projeto original, a extensão dos corredores atuais, que atingem cerca de 100 km, deveriam acrescentar pelo menos mais 200km.

Na escala de prioridades do transporte coletivo, o Metrô deveria vir imediatamente em segundo lugar. Esse meio de transporte, ambientalmente limpo e eficiente, nunca foi levado a sério pelos governos tucanos à frente do Executivo paulista. Tanto assim que a expansão da rede, sob a sua ges-

tão, atingiu uma média de apenas 800 metros por ano. A extensão da rede precisaria ser duplicada num curto espaço de tempo, para atender minimamente à expansão da demanda. E, da mesma forma como nos corredores de ônibus, a prioridade seria a expansão das linhas existentes e, em paralelo, dar início a obras de expansão.

Corredores de ônibus: criação de mais 228 km até 2012 e mais 72 km até 2014, perfazendo um total de 300 km de novos corredores. Entre os mais importantes corredores, destacam-se, pela extensão e usuários beneficiados, o da Vila Prudente-Cidade Tiradentes; o trecho 23 de Maio-Grajaú e o trecho Celso Garcia-São Miguel.

Terminais: a cidade carece de mais terminais de tráfego no transporte público. Esses terminais, quando se prestam à integração entre modais (ferroviário e rodoviário, por exemplo) devem estar localizados na sua confluência, para poupar transtorno aos passageiros, desobrigando-os a se deslocar a pé por longas distâncias. Parece absurdo, mas é o que ocorre hoje com a localização inadequada de alguns terminais: falta de planejamento ou desconsideração para com o conforto do usuário?

São Paulo carece ainda de obras estruturais, como novas vias públicas, que desafoguem o trânsito em áreas tradicionalmen-

te congestionadas. Nesses projetos, é preciso enfatizar que os beneficiários visados devem ser os usuários de transporte público em primeiro lugar.

Para o trânsito, é preciso restabelecer a gestão, começando pela recuperação da capacidade de planejamento, gestão e fiscalização da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), praticamente desativada na gestão Serra/Kassab. Somente assim se obterá eficácia no investimento em tecnologia. Quanto ao transporte de cargas, é urgente a adoção de uma política.

É preciso também restabelecer os benefícios originais do bilhete único, descaracterizado pela gestão Serra/Kassab.

Educação reprovada

Desde que os tucanos assumiram o Governo de São Paulo, a educação só tem piorado. É preciso recuperar o ensino paulista

A pior nota ao estilo tucano de governar cabe, com certeza, à educação no estado e na cidade de São Paulo, onde o PSDB tem associada à sua gestão o ex-PFL (hoje Democrata), do prefeito Gilberto Kassab. O descaso e a irresponsabilidade começam cedo, já nos primeiros anos escolares e vão até o último ano do ensino médio.

E o resultado só não é pior porque há muita criança fora da sala de aula e assim nem todas as crianças em idade escolar no estado e na cidade de São Paulo engrossam as avaliações negativas sobre a qualidade do ensino paulista.

O descaso demo/tucano começa na falta de vagas em creches na capital. Pelo menos 110 mil pais estão na fila de espera para matricular seus filhos de 0 a 3 anos na rede municipal. “Em São Paulo, a meta de atender no mínimo, 30% das crianças entre 0 e 3 anos, garantindo a sua frequência em creches de qualidade, está longe de ser atendida”, diz o advogado da ONG Ação Educativa, Salomão Ximenes. Quem aguarda por uma vaga tem de ficar na fila de espera por três anos, em média, um tempo quase tão longo quan-

to o do mandato do prefeito. Mas isso é apenas o primeiro passo da tragédia em que se converteu a educação paulista nos 13 anos e meio de governos tucanos, marcados pelo jeito autoritário e centralizador de governar. A situação desastrosa se arrasta de ano para ano, enquanto os sucessivos secretários da Educação tucanos batem boca publicamente numa disputa em que cada um intenta demonstrar ao outro quem é ou foi o pior.

O certo é que o estado e a cidade de São Paulo não conseguiram cumprir nenhuma das quatro metas para a melhoria da qualidade do ensino, no período de 2004 a 2007. Os governos de Geraldo Alckmin e de José Serra somente contribuíram para piorar, ainda mais a situação, ao serem reprovados em três dos quatro indicadores de desempenho, por não te-



CEUs precisam voltar a ser o que eram

rem atingido os índices mínimos de redução de repetência e evasão escolar. O objetivo era, no geral, reduzir a repetência e a evasão dos alunos no ensino fundamental e no ensino médio. Aqui, mais

uma vez, o plano, que é uma obrigação legal e que se estendeu pelo primeiro ano da gestão Serra, não foi cumprido.

O abandono do ensino público em São Paulo vem desde a criação do terceiro turno — conhecido como “turno da fome” por funcionar no horário do almoço — reduzindo

dessa forma o tempo de permanência dos alunos na escola, iniciativa desastrosa que resultou em queda na qualidade do ensino. O objetivo era esconder a imprevidência da gestão tucana, que não cuidou de abrir vagas em número suficiente para abrigar todas as crianças e adolescentes em idade escolar. Foi com o mesmo propósito que o governo Covas criou a “aprovação automática” — um arremedo, igualmente desastroso para a qualidade do ensino, do sistema de progressão continuada, que obteve êxito em todos os países em que foi adotado.

Mas nada se compara, em

retrocesso, à desfiguração da proposta inicial dos Centros de Educação Unificada, criados na gestão da prefeita Marta Suplicy, proposta que foi deixada de lado pelo prefeito Kassab, numa clara demonstração de que educação nunca foi prioridade sua.

É preciso resgatar o projeto original dos CEUs — a idéia de que se tornem o centro irradiador de cultura, com formação musical, grupos de teatro, promoção de peças, shows e filmes, além de centros desportivos, com natação, skate, basquete, baseball e outras modalidades. É preciso ainda que os CEUs, hoje dissociados do contato com a comunidade, reestabeleçam os seus laços de convivência com a comunidade do entorno, de modo poder absorver nas suas propostas pedagógicas as expectativas dos pais.

São Paulo precisa retomar o projeto original dos CEUs, para que o ensino paulista deixe de ser reprovado nos exames de avaliação e para que a riqueza e o desenvolvimento do estado de São Paulo cheguem à sala de aula.

A saúde paulista encontra-se na U T I

A lista de mazelas tucanas nos serviços de saúde é longa, a começar pela paralisação dos serviços essenciais

É difícil dizer o que está pior — se a educação ou a saúde. O certo é que todos os serviços públicos, aí incluídos o transporte e a segurança, entre outros, tiveram a sua qualidade degradada nos 13 anos e meio de gestão tucana em São Paulo. Não estranha que os tucanos sejam campeões do descaso na provisão desses serviços — eles se consideram como gente da “elite”, para quem a qualidade e a oferta adequada dos serviços públicos, em geral, não são prioridade.

Da mesma forma como na educação, o descaso com a saúde começa com a desatenção

com os cuidados nos primeiros anos de vida da criança. Assim, somente um pequeno número de creches na capital paulista (34 entre 194 pesquisadas) apresenta condições satisfatórias mínimas de sanidade, de acordo com a Coordenação de Vigilância em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde. Na realidade, somente 73 das 2073 creches públicas e privadas da cidade de São Paulo têm o Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária.



A lista de mazelas tucanas nos serviços de saúde é longa, a começar pela paralisação de serviços essenciais, como os prestados pelo Hospital das Clínicas, por falta de recursos de investimento, que supostamente são desviados para custeio. O fato é que desaparecem no “Triângulo das Bermudas”, que

fica entre o Palácio do Governo, a Secretaria da Saúde e o Hospital das Clínicas — e o resultado é que as filas e o tempo de espera são cada vez mais longos.

Assim, como na educação e nos demais serviços públicos, prevalece a centralização e o autoritarismo tucanos no jeito de governar. Os trabalhadores da saúde permaneceram sem reajuste salarial desde 2005. O prefeito Gilberto Kassab atenta contra os princípios do Sistema

Unificado de Saúde (SUS) ao tentar anular, de forma truculenta e ilegal, as eleições para representantes dos trabalhadores e usuários no Conselho Municipal de Saúde.

Tem mais: os governos tucanos têm reduzido as verbas destinadas à Saúde, desrespeitando a lei. Segundo análise de deputados petistas, o governo Serra, através de manobras contábeis, cortou no orçamento R\$ 315 milhões dos recursos da Saúde. Além disso, há anos os governos tucanos incluem nos gastos da Saúde cerca de R\$ 280 milhões despendidos com a alimentação de detentos.

O modo tucano de enganar

Uma mistura de descalabro administrativo com falta de resultados. Eis o balanço da gestão do PSDB

Para disputar a Prefeitura de São Paulo, os tucanos, que gostam de se apresentar como diferentes em tudo, têm mais de um candidato, ou pelo menos um candidato e meio: o ex-governador Geraldo Alckmin, um militante histórico do PSDB e Gilberto Kassab, que é formalmente filiado ao DEM mas opera como secretário para assuntos da capital do governador, também tucano, José Serra. Diante de tantos tucanos com pretensão de governar a cidade, vale a pena lembrar o que tem significado para os paulistas a presença de tucanos no Executivo estadual durante quase uma década e meia.

O balanço é desastroso — é uma mistura de descalabro administrativo com ineficácia na



ação governamental. E as marcas da prática política tucana são um desserviço à democracia. São elas: o autoritarismo no trato com a população; o desprezo pela participação popular; o desprezo pelo Poder Le-

gislativo; o centralismo, a falta de transparência e a obstrução a toda tentativa de fiscalização; a privatária do patrimônio público estadual; o absoluto descaso para com a educação e o abandono dos investimentos na

área social, entre outras.

O autoritarismo caracteriza em especial o estilo de gestão do governador José Serra, que

Quem é o pior: Serra ou Alckmin?

intentou sem sucesso eliminar a autonomia universitária; demitiu lideranças sindicais na greve do Metrô e, quando prefeito, impediu a instalação do Conselho de Representantes das subprefeituras. Mas quanto à falta de transparência e cria-

ção de obstáculos à fiscalização dos atos do Governo, é difícil saber, entre Serra e Alckmin, quem é o pior.

A falta de transparência e a obstrução do controle social, durante a década e meia de gestão estadual tucana, podem ser medidas pelo impedimento da instalação de 70 CPIs na Assembléia Legislativa (leia na página 3 a matéria “Cemitério de CPIs”). Além disso, segundo levantamento da bancada do PT, a maioria governista na Assembléia, comandada por tucanos, conseguiu nesse período bloquear a investigação de 3.030 processos de contratos, considerados como irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), referentes ao governo Alckmin.

Desprezo pelo social

Eles governam de costas para as áreas sociais

No século passado, São Paulo ficou conhecida como locomotiva do Brasil, pelo seu dinamismo econômico, que deu impulso ao desenvolvimento nacional. Mas toda essa pujança foi emperrada pelo medíocre e prolongado reinado tucano. Hoje, o estado não tem projeto estratégico de desenvolvimento e a locomotiva, quando se move, parece puxada por iniciativas do Governo associadas a grandes escândalos, como os da Alstom e da Siemens, envolvendo políticos de alta plumagem próximos ao ninho tucano.

Aos escândalos da Alstom e da Siemens, que envolvem desvios de dezenas de milhões de reais, juntam-se também os escândalos da CDHU, da Nossa Caixa, da TV Cultura, do Rodoanel, da Calha do Tietê e as crises da FEBEM e da Segurança Pública — todos fechados à investigação parlamentar por parte dos partidos da oposição, em razão dos obstáculos levantados na Assembléia Legislativa pelos partidários do governador.

Na área da saúde, o estilo tucano de governar pode ser observado



no contingenciamento de verbas, na crônica falta de medicamentos e profissionais; no sucateamento dos equipamentos e desmonte de hospitais. Mas é na educação que o descalabro sobressai.

Geraldo Alckmin extinguiu os Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefams); desprezou as escolas técnicas e as universidades públicas estaduais; reduziu o quadro de profissionais do ensino, tendo demitido, de 1995 a 2000, 47 mil professores e reduzido em um milhão o número de alunos matriculados. Dessa forma,

o governo tucano rebaixou brutalmente o nível do ensino — e está aí o motivo por que o estado de São Paulo recebe as piores notas de avaliação nos exames do Ministério da Educação.

Desde o governo Mário Covas, responsável pela criação do “turno da fome” (o terceiro turno nas escolas) e da “aprovação automática”, como alternativa para a construção de mais escolas, os alunos são aprovados sem qualquer critério, as salas de aula vivem abarrotadas e faltam creches para dezenas de milhares de crianças.

A privatária

São Paulo à mercê de monopólios privados

Com Geraldo Alckmin na presidência do Programa de Desestatização do governo Covas, antes de se tornar governador, teve início a privatização do patrimônio público no estado. São Paulo perdeu o Banespa, como banco de fomento, a Fepasa (ferrovias), o Cegesp (centro de abastecimento), a Eletropaulo (geradora da energia), a Comgás e a Companhia Paulista de Força e Luz.

O argumento utilizado para entregar as estatais paulistas à iniciativa privada dizia que era preciso retirar o estado da economia para que ele pudesse se dedicar à prestação de bons serviços públicos nas áreas de saúde, educação e segurança. Na realidade, com a privatização ocorreu o contrário.

Os serviços privatizados pioraram e os preços das tarifas de telefonia, energia elétrica, água e pedágio dispararam, passando a representar um peso no orçamento doméstico e um aumento nos custos de produção. Para ter acesso à telefonia fixa e à banda larga, por exemplo, os usuários encontram-se hoje à mercê de um monopólio

privado, que presta serviços de péssima qualidade, a ponto de comprometer a sua essencialidade. Recentemente, foi responsável por um apagão na banda larga, que paralisou durante três dias as atividades de 3 milhões de usuários.

Quanto aos R\$ 32,9 bilhões arrecadados nas privatizações, em nada contribuíram para equilibrar o orçamento do estado. Apesar da enorme soma arrecadada, o Balanço Geral do Estado mostra que, a dívida consolidada do Estado cresceu de R\$ 34 bilhões em 1994 para R\$ 138 bilhões em 2004, um crescimento real de 33,5%, utilizando-se o indexador IGP-DI. Alckmin vendeu 2/3 das empresas estatais e, mesmo assim, a dívida consolidada cresceu ao longo de seu mandato.

Leia mais a respeito:
www.ruifalcao.com.br
e saiba como o PSDB tem cuidado de nosso Estado

Um governo elitista

Na gestão Serra/Kassab o povo não tem vez. Tudo piorou, da educação à saúde, do transporte à segurança



Em entrevista ao Jornal do Cambuci & Aclimação, o deputado Rui Falcão, que foi secretário de Governo na prefeita Marta Suplicy, criticou duramente a gestão Serra/Kassab e os governos tucanos de São Paulo, pelo seu caráter antidemocrático e autoritário. “Gilberto Kassab devolveu o poder da cidade para a elite e voltou a excluir o povo”, afirma Falcão, ao apontar o recuo da dupla demo/tucana na descentralização da administração da cidade.

Como avalia a gestão Serra/Kassab?

Rui Falcão (RF): A gestão Serra/Kassab tem representado um grande retrocesso em relação aos avanços sociais obtidos na administração Marta Suplicy. Um exemplo é a perda de poder e de recursos das subprefeituras, como decorrência da decisão demo/tucana de extinguir o Conselho de Representantes. Com a centralização financeira e administrativa, Serra/Kassab converteram as subprefeituras em entidades de papel, delas retirando a sua autonomia. Assim, vejo diferenças gritantes na maneira de governar:

enquanto nós praticávamos a democracia participativa, a gestão Serra/Kassab varria da administração qualquer forma de participação da população. Hoje, a população não tem participação alguma na discussão sobre a seleção de prioridades nas obras de sua região. Tudo voltou a ficar na dependência da vontade única do prefeito.

Houve continuidade na retomada da construção dos Centros de Educação Unificada, os CEUs?

(RF): O projeto dos CEUs foi totalmente deturpado pela dupla. No projeto original estava previsto que as comunidades

se apropriariam dos CEUs como uma conquista sua, a partir de uma concepção de educação que não se resumia a aprender a ler, escrever e estudar matemática. Era um espaço de cultura e lazer, no qual os moradores da região poderiam participar de oficinas culturais, assistir a peças de teatro, a um filme ou um concerto. Ou ter aulas de ginástica, praticar natação e outras modalidades de esporte. Hoje, há pouquíssimas atividades extracurriculares nos CEUs. Tudo foi reduzido e apequinado, aí incluída a participação dos conselhos gestores, que antes envolviam toda a comu-

A população foi excluída das decisões

nidade e hoje são restritos aos pais de alunos. Além disso, os novos CEUs, cujas obras foram contratadas em nossa gestão, estão sendo construídos de forma inadequada e com material de péssima qualidade. Um exemplo disso é o CEU Feitico da Vila, no Capão Redondo, que, mal terminadas as obras, já apresentam problemas de rachaduras. Mas o descaso para com a educação por parte da dupla Serra/Kassab na Prefeitura e dos tucanos à frente

do Governo de São Paulo vai muito além. O ensino público no Estado é um faz de conta. Tem sido reprovado, com as piores notas, nos programas de avaliação. Kassab distribuiu uniformes escolares somente com grande atraso; piorou a qualidade da sopa da merenda, retirando dela o teor de carne e botando água no lugar; piorou a qualidade do transporte público escolar; mantém 110 mil pais à espera, às vezes por três anos, de uma vaga nas creches, em boa parte delas funcionando sem condições sanitárias adequadas, segundo levantamento da própria Secretaria de Saúde Municipal.

Qual a sua opinião sobre o estado do transporte público e do trânsito na capital?

(RF): É de calamidade. O planejamento do sistema viário de São Paulo foi abandonado e a Companhia de Engenharia de Tráfego, sucateada. Quando saímos da Prefeitura, deixamos em execução alguns projetos que foram deixados de lado pela atual gestão, como por exemplo, os corredores de ônibus. Durante a campanha eleitoral, Serra/Kassab apregoaram que a marca de sua administração seria o planejamento, coisa que não se vê, quando deparamos com o caos em que se converteu o trânsito na capital. O transporte coletivo modal de ônibus, que poderia

ser uma alternativa ao uso do automóvel, teve o número de linhas reduzido, assim como a sua frequência e o resultado é o que vemos: pontos de ônibus apinhados de gente à espera do ônibus que não chega.

Na sua avaliação, qual o impacto do caso Alstom sobre o jeito tucano de governar?

(RF): A cada dia que passa as apurações feitas pelas polícias suíça e francesa, aproximam-se de nomes do primeiro escalão dos governos tucanos. Importa observar aqui a falta de transparência dos governos do PSDB, criticada diariamente pelos deputados petistas na

É um estilo autoritário de gestão

Assembleia Legislativa. Apesar dos sucessivos escândalos, as administrações tucanas têm conseguido, mediante práticas não muito éticas, barrar CPIs que poderiam esclarecer a população sobre deslizes praticados. As CPIs nada mais são que instrumentos de investigação de todo Estado Democrático. Por isso, toda tentativa de impedir que elas sejam abertas configura-se como um gesto autoritário.

Só uma constituinte exclusiva fará a reforma política do interesse da população

Um dos temas em que Rui Falcão mais insiste, em suas intervenções no plenário da Assembleia Legislativa e em seus artigos, é a necessidade de se fazer uma reforma política para valer. Isso quer dizer que é preciso regulamentar os artigos da Constituição Federal que dizem respeito à ampliação da participação popular nas decisões de Governo, como os que se referem ao plebiscito.

Somente faz sentido uma reforma política que aperfeiçoe a democracia. Aperfeiçoá-la significa antes de tudo reduzir a distância entre governantes e governa-

dos, distância que é responsável pela apatia popular nas questões de interesse público. A democracia não se resume ao direito de votar para eleger os governantes. Quando é limitada a isso, ela não contribui para resolver um dos mais graves problemas sociais do Brasil, que é a desigualdade.

A desigualdade não é somente de renda, mas também de acesso à educação, saúde, alimentação, segurança, emprego, aposentadoria e outros serviços públicos. Ao contribuir para melhorar a qualidade de vida, o acesso igualitário a esses serviços capacita as pessoas

a defender melhor seus interesses individuais e coletivos e é somente assim que se amplia a participação popular, que aperfeiçoa a democracia conferindo legitimidade a ela.

Democracia sem povo, como querem os representantes dos partidos da oposição no Congresso Nacional, é o que não se pode admitir.

Por isso, Rui Falcão convida todos a participar de um abaixo-assinado articulado pelo PT em prol da realização de uma constituinte exclusiva para tratar da reforma política.

De olho no governo Serra



Nas comissões da Assembléia Legislativa, Rui Falcão fiscaliza de perto os atos do Governo

Desde que assumiu, em março de 2007, o deputado Rui Falcão tem participado intensamente da atividade legislativa. Boa parte dessa atividade desenvolve-se nas comissões e no Plenário, onde se manifesta quase diariamente sobre temas nacionais, estaduais e municipais. Rui Falcão participa como membro efetivo da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão dos Direitos do Consumidor.

Nessas comissões, cabe ao deputado analisar os projetos de lei, com a finalidade de verificar se estão de acordo com a Constituição Federal e com o interesse público, no caso, restrito aos habitantes de São Paulo.

Nesses quase 2 anos como membro da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Defesa do Consumidor, Rui Falcão apresentou cerca de 200 pareceres sobre projetos de lei.

Além de elaborar pareceres, o deputado participa também das atividades de fiscalização dos atos do Governo, apresen-

tando requerimentos de informação e solicitando audiências ouvir e questionar autoridades do Executivo nas comissões de que participa. Do início do mandato até agora, Rui Falcão apresentou cerca de 50 requerimentos, dentre pedidos de esclarecimento e de informação sobre a atuação do governador, de seus secretários e demais autoridades do poder Executivo.

Nas atividades de investigação, destaca-se a iniciativa de Rui Falcão de ter acionado o Ministério Público para investigar o uso dos cartões corporativos por agentes do Governo do Estado; a utilização irregular da máquina pública na demissão de funcionários da Fundação Casa; a tentativa de José Serra de privatizar a CESP. Pediu também ao Ministério Público que apurasse as causas do acidente, com mortes, do Metrô; as condutas do prefeito Kassab, na tentativa de burlar o direito de opinião ao pedir que funcioná-

rios municipais influíssem em pesquisa de opinião sobre o pleito municipal, dentre outras solicitações.

Dentre os projetos-de-lei de sua autoria, destacam-se, no semestre que passou, um que proíbe que o SPC e a Serasa divulguem o nome de estudantes e responsáveis por dívidas oriundas da relação de ensi-

no e outro que dispõe sobre a divulgação de dados e informações, por órgãos e entidades da administração pública, por meio da rede mundial de computadores.

Depois de ter sido aprovado pela Assembléia, o seu projeto que reduz o ICMS para consumidores de baixa renda foi vetado pelo governador Serra.

Pela Internet

Um projeto para o povo participar on line

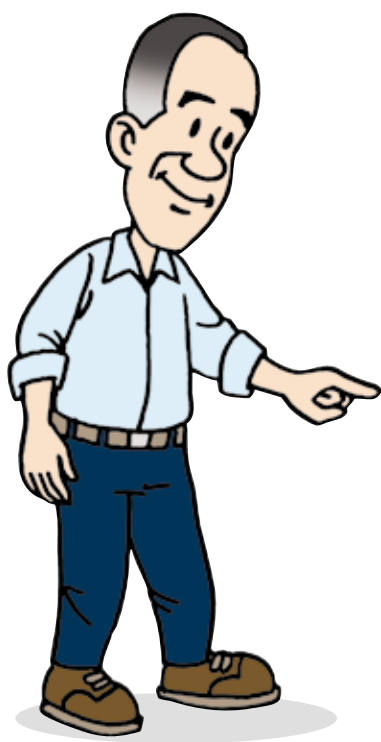
Dentre os projetos-de-lei apresentados pelo deputado Rui Falcão, destaca-se pelo seu impacto social e político o de nº 162/08, que regulamenta a proposição de projetos-de-lei pela Iniciativa Popular por meio da rede mundial de computadores.

Como se sabe, a Constituição Federal estende o direito de

propor leis — direito antes restrito aos parlamentares —, a todos os cidadãos. O que propõe o projeto de Rui Falcão é regulamentar a Iniciativa Popular, para a elaboração de propostas de leis e permitir que elas sejam levadas às Casas Legislativas por meio da Internet.

Como justificativa, Rui Fal-

cão argumenta que o recurso à Internet contribui para estimular a participação popular nas decisões do Estado e nas questões de interesse público. “A rede mundial de computadores pode servir de instrumento à radicalização da democracia”, afirma o deputado.



Deputado presente

Foram vários seminários, visitas e debates nos diretórios da capital

A agenda do deputado Rui Falcão no primeiro semestre de 2008 desdobrou-se em atividades de construção partidária, de apoio aos movimentos sociais e ao movimento sindical.

Entre os seminários temáticos de que participou ou promoveu na Assembléia, destaca-se o que debateu a reforma tributária, uma das questões que mais preocupa Rui Falcão pelo impacto positivo que ela poderia ter sobre a distribuição da renda. Atualmente, quem ganha menos paga mais e é preciso mudar para equilibrar o sistema, afirma Rui Falcão.

Sem uma reforma tributária em profundidade, a distância entre ricos e pobres no Brasil somente tende a se ampliar e isso importa para todos, porque a desigualdade social compromete a estabilidade democrática.

Outro seminário teve como tema a Região Metropolitana de São Paulo. Com 11 milhões de habitantes na Capital e outros 9 milhões nas 38 cidades do entorno, a RMSP está a demandar mudanças que melhorem a qualidade de vida de seus habitantes.

Como participante de debates promovi-

dos pela militância municipal do PT, Rui Falcão esteve presente para discutir a conjuntura nacional nos diretórios da Freguesia do Ó, São Mateus, Sapopemba, Santana, Tucuruvi, Jaçanã e Vila Maria.

Em gesto de apoio ao movimento sindical, Rui Falcão esteve presente na posse da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, juntamente com o presidente Lula e da nova diretoria da Associação Paulista dos Defensores Públicos. O deputado compareceu também à posse da diretoria do Sindicato dos Bancários de São Paulo e do Sinergia, em Campinas.

Acesse nosso site:

www.ruifalcao.com.br

e acompanhe o trabalho do deputado Rui Falcão.

Confira on-line seus projetos.

EXPEDIENTE |

Gabinete do deputado Rui Falcão - Avenida Pedro Álvares Cabral, 201 - Sala 3.011 - CEP: 04097-900 - Fone: (11) 3886.6776 - Site: www.ruifalcao.com.br - e-mail: gabinete@ruifalcao.com.br
Jornalista responsável: Nivaldo Manzano - Ilustrações: Nicoletti - Criação e editoração: Área Comunicação: www.areacomunicacao.com.br - Gráfica: LWC - Tiragem: 20.000 exemplares